



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 1ª REGIÃO
NÚCLEO ESTRATÉGICO (PRUIR/CRN/NUEST)

TERMO n. 00018/2024/CRNNS/PRUIR/PGU/AGU

NUP: 00410.136106/2023-13

INTERESSADOS: MUNICÍPIO DE JACAREACANGA

ASSUNTOS: FUNDEB/FUNDEF/FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

INSTRUMENTO DE ACORDO

A **UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada pela Advocacia-Geral da União, doravante denominada **PRIMEIRA ACORDANTE**, e o **MUNICÍPIO DE JACAREACANGA/PA (CNPJ: 10.221.745/0001-34)**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na à AVENIDA BRIGADEIRO HAROLDO VELOSO, S/N, CENTRO, Jacareacanga/PA, doravante denominado **SEGUNDO ACORDANTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito municipal, por seu Procurador-Geral e advogados constituídos:

CONSIDERANDO a preservação do interesse público e em estrita observância aos princípios previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, balizadores da atuação estatal, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que a celebração do acordo judicial visa encerrar o litígio por ato voluntário das partes, reconhecendo que a autocomposição é a forma mais célere e efetiva para resolução da controvérsia;

CONSIDERANDO a autorização legal para a realização de acordos dada pelo art. 1º, §4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 10.201, de 15 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO as diretrizes da Portaria PGU nº 11, de 08 de junho de 2020, para a celebração de acordos envolvendo débitos da União;

CONSIDERANDO que o Departamento de Negociação da Procuradoria-Geral da União elaborou o Plano Nacional de Negociação nº 13, para fomentar a autocomposição em processos que tratam do recálculo do valor mínimo anual por aluno – VMAA do FUNDEF;

CONSIDERANDO o disposto na Emenda Constitucional nº 114, de 16 de dezembro de 2021;

CONSIDERANDO que a formalização deste acordo foi autorizada pelo Procurador-Geral da União (**DESPACHO n. 03176/2024/PGU/AGU**), com base na delegação feita pelo Advogado-Geral da União (Portaria AGU nº 173, de 15 de maio de 2020).

CONSIDERANDO que o **MUNICÍPIO DE JACAREACANGA/PA**, por seu responsável, **concorda com os cálculos apresentados pela União com deságio de 30%** e renuncia expressamente aos valores que excedem aos reconhecidos pela AGU, **declarando inexistir quaisquer direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico que deu origem aos processos adiante especificados, dando ampla e geral quitação em relação aos mesmos;**

RECEBIDO
EM: 30 / 09 / 2025
H: 09 MIN 10
Ass: *Anatolice Ruz*
Câmara Mun. de Jacareacanga-PA

RESOLVEM celebrar o presente ACORDO, no bojo do **processo judicial nº 0000725-51.2006.4.01.3900 (2006.39.00.000725-3)**, em trâmite na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará, atualmente suspenso perante o E. TRF da 1a. Região, aguardando o julgamento do Recurso Especial interposto pelo Município, e submetê-lo à homologação judicial para lhe conferir eficácia de título executivo judicial e extinguir o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil.

I. DO OBJETO:

CLÁUSULA 01: O acordo tem como objeto a resolução das controvérsias travadas entre as partes no âmbito do processo judicial nº **0000725-51.2006.4.01.3900 (2006.39.00.000725-3)**, em que se discute o pagamento, pelo PRIMEIRO ACORDANTE ao SEGUNDO ACORDANTE, de verbas do antigo FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que possuía previsão na Lei nº 9.424/96;

CLÁUSULA 02: Os pontos controvertidos judicialmente, após tratativas entre as partes, serão resolvidos da seguinte forma:

I – Quanto à forma de liquidação do crédito ambas as partes concordam que o *quantum debeatur* será definido por simples cálculos aritméticos;

II – Quanto ao período da condenação, ambas as partes concordam que são devidas as diferenças apenas no interregno de **26/01/2001 até 12/2006**;

III – Quanto à necessidade de preenchimento dos requisitos da Lei nº 9.424/96, ambas as partes concordam haja a liberação dos valores sem a necessidade de demonstrá-los nos autos judiciais, permitida a fiscalização e o controle dos gastos públicos pelas instituições e órgãos competentes;

IV – Quanto à destinação do crédito recebido pelo SEGUNDO ACORDANTE, as partes concordam que sua aplicação seja vinculada aos objetivos do FUNDEF/FUNDEB, ou seja, que todo o valor seja exclusivamente destinado a ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização do magistério, na forma do art. 5º da Emenda Constitucional nº 114/2021; do art. 25 da Lei nº 14.113/20 e do art. 70 da Lei nº 9.394/1996;

V - Ainda quanto à destinação do crédito, o SEGUNDO ACORDANTE se compromete a repassar, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do valor total do crédito aos profissionais do magistério, inclusive aposentados e pensionistas, na forma de abono, vedada a incorporação na remuneração, na aposentadoria ou na pensão, respeitando as diretrizes do Acórdão 1893/2022-TCU-Plenário;

VI – Quanto à incidência dos juros e correção monetária, ambas as partes concordam com todos os termos trazidos pelo **PARECER TÉCNICO n. 00118/2024/REPT/DISEP/PGU/AGU**, que encontrou como devido pela PRIMEIRA ACORDANTE o valor de R\$25.210.788,68 (vinte e cinco milhões, duzentos e dez mil, setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos), já devidamente acrescido de juros de mora, a contar da citação inicial, da correção monetária e **com o deságio de 30%, atualizados até 01/2024**;

VII – Quanto aos honorários advocatícios sucumbenciais relativos à fase de conhecimento, os advogados infrasignatários concordam com todos os termos trazidos pelo **PARECER TÉCNICO n. 00118/2024/REPT/DISEP/PGU/AGU**, que encontrou como devido pela PRIMEIRA ACORDANTE o valor de R\$283.116,49 (duzentos e oitenta e três mil, cento e dezesseis reais e quarenta e nove centavos), já devidamente atualizado até **01/2024**.

II. DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

CLÁUSULA 03: O PRIMEIRO e o SEGUNDO ACORDANTES concordam com os termos do presente acordo, delineados na Cláusula 02, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações que deles decorram.

CLÁUSULA 04: O PRIMEIRO e o SEGUNDO ACORDANTES renunciam aos direitos decorrentes do mesmo fato e fundamento jurídico que deram origem à demanda judicial nº **0000725-51.2006.4.01.3900 (2006.39.00.000725-3)**, bem como aos prazos recursais do processo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O PRIMEIRO e o SEGUNDO ACORDANTES declararam que, **relativamente ao período do presente acordo (01/2001 a 12/2006)**, inexistem quaisquer direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico que deu origem à ação judicial em questão (recálculo do valor mínimo anual por aluno –

RECEBIDO
EM: 30 / 09 / 2025
H: 09 MIN 10
Ass: Arnatolirio Kuriki
Câmara Mun de Jacareacanga-PA

VMAA do FUNDEF), para nada mais reclamar sob o mesmo título, em qualquer espécie de ação ou execução individual ou coletiva.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ressalva-se que, **em relação ao período anterior a 01/2001**, o presente acordo não abarca ou constitui renúncia de qualquer tese jurídico-processual que possa ser alegada no bojo da ação n. **1077054-10.2021.4.01.3400**, referente ao **cumprimento da sentença decorrente da Ação Civil Pública n. 1999.61.00.050616-0**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O PRIMEIRO e o SEGUNDO ACORDANTES dão ampla e geral quitação relativamente aos montantes devidos a título de recálculo do valor mínimo anual por aluno – VMAA do FUNDEF, relativamente ao período abarcado por essa ação (01/2001 a 12/2006), e renunciam expressamente aos valores que excederem aos reconhecidos pela AGU, inclusive a redução de 30% (trinta por cento) do valor estimado da condenação, conforme disposto na Cláusula 02.

CLÁUSULA 05: São obrigações do PRIMEIRO ACORDANTE:

I – Pagar à SEGUNDA ACORDANTE, na forma prevista no art. 100 da Constituição Federal, o montante de **RS25.210.788,68 (vinte e cinco milhões, duzentos e dez mil, setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos)**, a título de diferença do repasse dos recursos do FUNDEF, atualizados com juros de mora e correção monetária até **janeiro de 2024 (01/2024)**;

II - Pagar, na forma prevista no art. 100 da Constituição Federal, aos advogados constituídos no processo, na distribuição por eles definida, o montante de **RS283.116,49 (duzentos e oitenta e três mil, cento e dezesseis reais e quarenta e nove centavos)**, já devidamente atualizado até **01/2024**, referentes aos honorários advocatícios sucumbenciais; e

III – Encaminhar o presente Termo de Acordo para homologação judicial, conjuntamente com a SEGUNDA ACORDANTE, a fim de viabilizar a inscrição dos valores devidos em precatório judicial, o qual obedecerá a ordem cronológica, nos termos do art. 100 da Constituição e do art. 4º da Emenda Constitucional nº 114/2021, em três parcelas anuais e sucessivas de:

1. 40% (quarenta por cento) no primeiro ano;
2. 30% (trinta por cento) no segundo ano;
3. 30% (trinta por cento) no terceiro ano.

CLÁUSULA 06: São obrigações do SEGUNDO ACORDANTE:

I – O depósito, movimentação, aplicação e prestação de contas dos recursos de que trata o Inciso I da Cláusula 05 deste Acordo deverá observar o que dispõe a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), c/c arts. 11, 69, §5º, 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional;

II – Previamente à utilização dos valores, elaborar plano de aplicação dos recursos compatível com este termo de acordo, com o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), com os objetivos básicos das instituições educacionais (artigo 70, caput, da Lei 9.394/1996), e com o respectivo plano municipal de educação, em linguagem clara, com informações precisas e os valores envolvidos em cada ação/despesa planejada, podendo o cronograma se estender por mais de um exercício financeiro, não estando sujeito ao limite temporal previsto no artigo 21, caput, da Lei 11.494/2007 (Acórdão nº 2866/2018 – TCU – Plenário);

III – Dar a mais ampla divulgação do plano de aplicação dos recursos, à luz do princípio constitucional da publicidade, devendo dele ter comprovada ciência, ao menos, o respectivo Conselho de Controle Social do FUNDEB (previsto no artigo 33 e seguintes da Lei nº 14.113/2020), os membros do Poder Legislativo local, o Tribunal de Contas Estadual e a comunidade diretamente envolvida – diretores das escolas, professores, estudantes e pais dos estudantes;

RECEBIDO
EM: 30 / 09 / 2025
H: 09 MIN 40
Ass: *Matheus Kurik*
Câmara Mun de Jacareacanga-PA

IV - Os recursos de que trata este Acordo, enquanto não utilizados na finalidade a que se refere a Lei nº 14.113/2020, c/c os arts. 11, 69, 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 1996, deverão ser recolhidos integralmente à conta bancária do FUNDEB, a fim de lhes garantir a finalidade e a rastreabilidade, nos termos do item 9.2.2.1 do Acórdão nº 1962/2017 do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU;

V – Os eventuais saldos de recursos financeiros disponíveis nas contas específicas dos Fundos cuja perspectiva de utilização seja superior a 15 (quinze) dias deverão ser aplicados em operações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto, lastreadas em títulos da dívida pública, na instituição financeira responsável pela movimentação dos recursos, de modo a preservar seu poder de compra (art. 24 da Lei nº 14.113/2020).

PARÁGRAFO ÚNICO: O descumprimento do disposto neste Acordo, no [art. 212 da Constituição Federal](#) e nas Leis nº 9.394/96, e 14.113/20, sujeitará o Município às medidas de que tratam a alínea “e” do [inciso VII do caput do art. 34](#) e o inciso III do caput do art. 35 da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções decorrentes da atuação dos órgãos de fiscalização e controle de que tratam os art. 30, 31 e 32 da Lei nº 14.113, de 2020, bem como da apuração de eventual responsabilidade de seus agentes nos âmbitos administrativo, penal e cível.

III. DA FORMA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

CLÁUSULA 07: Para subsidiar a atuação dos órgãos mencionados no Parágrafo Único da Cláusula 06, os ACORDANTES, **no pedido de homologação do presente Acordo**, solicitarão ao juízo que encaminhe cópia deste Termo de Acordo ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU, aos órgãos de Controle Interno do Município, ao Ministério Público Estadual e à representação do Ministério Público Federal no Estado do Pará.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para fins do disposto no inciso V do art. 39 da Lei nº 14.113, de 2020, o SEGUNDO ACORDANTE se compromete a prestar informações acerca da aplicação dos recursos de que trata este Acordo no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope).

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS E REGRAS TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA 8: A União não se opõe ao destaque de honorários advocatícios contratuais, quando previamente ajustados, desde que se respeite o disposto no art. 22-A da Lei n. 14.365, de 02 de junho de 2022, utilizando, exclusivamente para o pagamento os valores crescidos ao precatório a título de juros de mora, em três parcelas anuais e sucessivas na forma do art. 4º da EC n.114/2021;

PARAGRAFO ÚNICO: As partes concordam que não compete a União a avaliação quanto a validade do contrato de honorários advocatícios, devendo o destaque ser decidido pelo Juízo.

CLÁUSULA 9: O presente Acordo será submetido à homologação judicial, implicando a extinção, com resolução de mérito (art. 487, III, b, do CPC), do **processo judicial nº 0000725-51.2006.4.01.3900 (2006.39.00.000725-3)**, em trâmite na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará.

PARÁGRAFO ÚNICO: A homologação do presente Acordo resolverá e porá fim às disputas, presentes ou futuras, entre as partes, atinentes ao objeto dos processos especificados nesta Cláusula.

CLÁUSULA 10: Divergências de interpretação ou descumprimento dos compromissos decorrentes desse Acordo serão submetidas ao juízo do feito.

CLÁUSULA 11: Integra este Acordo o seguinte Anexo:

ANEXO: **PARECER TÉCNICO n. PARECER TÉCNICO n. 00118/2024/REPT/DISEP/PGU/AGU**, contendo planilhas elaboradas pelo Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União.

RECEBIDO
EM: 30 / 09 / 2025
H: 09 MIN 20
Ass: *Marcelo Kivini*
Câmara: Mun. de Jacareacanga-PA

E, para que produza seus regulares efeitos jurídicos, em caráter irrevogável e irretroatável, as PARTES assinam o presente instrumento eletronicamente.

Brasília, 13 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br ALAN PINTO TEIXEIRA ALVES
Data: 26/03/2024 11:50:30 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALAN PINTO TEIXEIRA ALVES
ADVOGADO DA UNIÃO - Coordenador da Coordenação Regional de Negociação da 1a. e 6a.

Regiões

MARCIO VILLELA MACHADO:04449520637
Assinado digitalmente por MARCIO VILLELA MACHADO:04449520637
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=004692600317, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARM PDG, OU=RFB e-CPF A3, CN=MARCIO VILLELA MACHADO,04449520637
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.03.26 07:50:57-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

MÁRCIO VILLELA MACHADO
ADVOGADO DA UNIÃO

SEBASTIAO AURIVALDO PEREIRA SILVA:60911735291
Assinado de forma digital por SEBASTIAO AURIVALDO PEREIRA SILVA:60911735291
Dados: 2024.03.25 17:23:17 -03'00'

SEBASTIÃO AURIVALDO PEREIRA SILVA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREACANGA/PA

Documento assinado digitalmente
gov.br CLEBE RODRIGUES ALVES
Data: 25/03/2024 18:11:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DR. CLEBE RODRIGUES ALVES
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO:37737724400
Assinado de forma digital por BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO:37737724400
Dados: 2024.03.15 09:42:55 -03'00'

DR. BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO OAB/PE 11.338
MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS OAB/PE sob o nº 127/1991 (CNPJ 35.542.612/0001-90)
(Representante processual)

PEDRO ENRIQUE NOGUEIRA ERRAZ RAMOS:10252213467
Assinado de forma digital por PEDRO ENRIQUE NOGUEIRA ERRAZ RAMOS:10252213467
Dados: 2024.03.25 18:24:40 -03'00'

DR. PEDRO HENRIQUE NOGUEIRA FERRAZ RAMOS OAB/PE 59.274
(Representante processual)

RECEBIDO
EM: 30 / 09 / 2025
H: 09 MIN 20
Ass: *Anatolice Kusiki*
Câmara Mun de Jacareacanga-PA